



Dificuldades para atuar na rede de enfrentamento à violência contra a mulher no sul da Bahia

Difficulties to act in the network to fight violence
against women in the south of Bahia

Dificultades para actuar en la red de combate a la
violencia contra las mujeres en el sur de Bahia

Michelle Araújo Moreira¹, Marcella Bonifácio Lelles Dias¹, Maryana Orrico Pereira¹, Lilian Conceição Guimarães de Almeida², Patrícia Figueiredo Marques³, José Carlos de Araújo Junior¹, Yolanda Aguiar Carneiro¹.

RESUMO

Objetivo: Analisar as dificuldades elencadas por profissionais para o trabalho na Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher no Sul da Bahia. **Métodos:** Estudo qualitativo, descritivo e exploratório, realizado com 12 profissionais que atuam em instituições da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Os dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada, através de gravação por aparelho digital, entre novembro de 2022 e fevereiro de 2023 e analisados por meio da técnica de conteúdo temática proposta por Bardin. **Resultados:** As dificuldades elencadas pelos profissionais estão relacionadas à insuficiência de recursos, baixa qualificação profissional, alta demanda social, a morosidade no atendimento e pouca articulação na rede. **Conclusão:** Há necessidade de maior captação de recursos financeiros, materiais e humanos, melhorias na articulação dos serviços e na capacitação profissional além de apoio contínuo dos gestores nacionais, estaduais e municipais para ampliação dos serviços de atendimento à mulher vítima de violência.

Palavras-chave: Violência contra a Mulher, Pessoal de Saúde, Serviços de Saúde da Mulher, Políticas, Planejamento e Administração em Saúde.

ABSTRACT

Objective: To analyze the difficulties listed by professionals to work in the Network to Combat Violence against Women in Southern Bahia. **Methods:** Qualitative, descriptive and exploratory study, conducted with 12 professionals who work in institutions of the Network to Confront Violence against Women. Data were collected through semi-structured interviews, through digital recording, between November 2022 and February 2023 and analyzed through the thematic content technique proposed by Bardin. **Results:** The difficulties listed by professionals are related to insufficient resources, low professional qualification, high social demand, and slowness in care and little articulation in the network. **Conclusion:** There is a need for greater funding of

¹ Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus - BA.

² Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador - BA.

³ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Santo Antônio de Jesus - BA.

financial, material and human resources, improvements in the articulation of services and professional training, as well as continuous support from national managers, services to women victims of violence.

Keywords: Violence against Women, Health Personnel, Women's Health Services, Health Policies, Planning and Administration.

RESUMEN

Objetivo: Analizar las dificultades enumeradas por profesionales para el trabajo en la Red de Enfrentamiento a la Violencia contra la Mujer en el Sur de Bahía. **Métodos:** Estudio cualitativo, descriptivo y exploratorio, realizado con 12 profesionales que actúan en instituciones de la Red de Enfrentamiento a la Violencia contra la Mujer. Los datos fueron recogidos por medio de entrevista semiestructurada, a través de grabación por aparato digital, entre noviembre de 2022 y febrero de 2023 y analizados por medio de la técnica de contenido temática propuesta por Bardin. **Resultados:** Las dificultades enumeradas por los profesionales están relacionadas a insuficiencia de recursos, baja calificación profesional, alta demanda social, morosidad en la atención y poca articulación en la red. **Conclusión:** Hay necesidad de mayor captación de recursos financieros, materiales y humanos, mejoras en la articulación de los servicios y en la capacitación profesional además de apoyo continuo de los gestores nacionales, estatales y municipales para ampliar los servicios de atención a la mujer víctima de violencia.

Palabras clave: Violencia contra la Mujer, Personal de Salud, Servicios de Salud de la Mujer, Políticas, Planificación y Administración en Salud.

INTRODUÇÃO

Os profissionais que compõem a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher devem ter o potencial para atuar de maneira qualificada, acolhendo e assistindo as pessoas de forma que novas agressões sejam coibidas e prevenidas. No entanto, diversas dificuldades permeiam o fazer desses profissionais, tornando a articulação da rede, os atendimentos e encaminhamentos grandes desafios. A Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres é caracterizada pela articulação e integração dos setores da saúde, da justiça, da segurança pública, da educação, da assistência social, entre outros (BRASIL, 2011b).

Contudo, percebe-se uma dificuldade em se trabalhar através de uma política pública que opera em rede, devido ao alto grau de intersetorialidade que demanda e tendo como um dos inúmeros desafios a falta de comunicabilidade entre os agentes que a compõe (JOHAS BCM e VIANA MR, 2022). Nesse sentido, o Estado Brasileiro criou, em 2004, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que contempla a implementação de ações amplas e articuladas para resolver a complexidade dessa violência em todas as suas expressões, tendo como objetivos a assistência, a prevenção, o combate e a garantia de direitos (BRASIL, 2011a; BRASIL, 2013).

Sabe-se que a violência contra a mulher é um fenômeno complexo que tem exigido das autoridades e comunidade científica esforços para compreensão da sua dinâmica. Ele faz parte das raízes históricas, culturais e econômicas no mundo inteiro, resultante de sociedades que foram construídas a partir do abuso majoritário de poder do homem sobre a mulher. Durante muitos anos, essa violência era entendida apenas como uma agressão física e, somente nas últimas décadas, foi entendida como um ato que lesa a mulher de forma psicológica, patrimonial, sexual e moral, sendo mais presente naquelas comunidades em que a culpa pela violência geral é menos difundida (CAVALCANTI ECT e OLIVEIRA RC, 2019; JULI MR, et al., 2022).

É um ato que pode ocorrer tanto no âmbito familiar, praticado por familiares ou pessoas que tenha algum tipo de vínculo mais íntimo com a mulher, quanto no âmbito social ou comunitário, praticado por qualquer pessoa ou instituição, em qualquer localidade. Porém, apesar das transformações sociais que colocaram a mulher como protagonista da sua vida, a violência continua sendo um problema social frequente, constante e complexo (SANTO JDLB e SANTOS CMV, 2020).

Segundo o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, através de denúncias realizadas pelos canais da Ouvidoria (Ligue 180, Disque 100 e o aplicativo Direitos Humanos Brasil), estima-se que somente no primeiro semestre de 2022 cerca de 217.868 mil mulheres sofreram algum tipo de violência no Brasil. Em relação a Bahia, o estado ocupa o segundo lugar da Região Nordeste com maiores índices de mulheres em situação de violência. Somente no período de janeiro a junho de 2022, foram registradas 6.723 denúncias de violência contra a mulher (BRASIL, 2022).

Nesse sentido, diante dos dados alarmantes referentes às mulheres violentadas e a identificação de entraves para o desenvolvimento do trabalho em rede, esse estudo apresenta como questão norteadora: Quais as dificuldades elencadas por profissionais para o trabalho na Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher no Sul da Bahia? Desse modo, o estudo possibilitará discorrer sobre as dificuldades que impactaram na atuação de profissionais que compõem a Rede de Enfrentamento, contribuindo para uma melhor gestão dos serviços e no delineamento de estratégias para prevenção, combate e mitigação da violência contra a mulher. Para tanto, definiu-se como objetivo geral: analisar as dificuldades elencadas por profissionais para o trabalho na Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher no Sul da Bahia.

MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa descritiva, exploratória e qualitativa, que apresenta as características de um fenômeno, interpretando-o e/ou compreendendo-o na sua magnitude (MENEZES AHN, et al., 2019). O estudo foi realizado em um município do Sul da Bahia. As participantes da pesquisa foram 12 profissionais que atuam em serviços que compõem a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher segundo os critérios de inclusão: que tivessem desenvolvido ou desenvolvam ações de enfrentamento à violência contra a mulher no município selecionado. E os critérios de exclusão foram: que estivessem de férias, licença prêmio, licença médica ou adoecimento no período de coleta dos dados.

Os serviços que compuseram a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher foram: a Ronda Maria da Penha, a Patrulha Guardiã Maria da Penha, o Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM), a Comissão da Mulher da Ordem dos Advogados do Brasil, o Comitê de Combate à Violência contra a Mulher do Grupo de Mulheres do Brasil, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Itabuna (CONSEMDAMI), o Núcleo da Justiça Restaurativa, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) II, o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) - Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos, o Conselho Tutelar I e II e o Núcleo de Prevenção das Violências e Promoção da Saúde.

Todas as profissionais foram convidadas presencialmente e/ou por telefone a participar do estudo, sendo apresentado os objetivos, a metodologia, os riscos e benefícios da pesquisa. Em seguida, foi lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e assinado por aquelas que demonstraram interesse em participar da pesquisa. O Termo foi assinado, digitalizado e disponibilizado via *whatsApp* para as participantes que optaram por realizar a entrevista via remota.

Os dados foram coletados, entre novembro de 2022 e fevereiro de 2023, de acordo com a escolha e disponibilidade das participantes, sendo realizado de modo presencial nas dependências das instituições e em locais escolhidos pelas mesmas ou de forma remota através de videoconferência, por meio da plataforma digital "Google Meet". Para coleta de dados foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada com as questões orientadoras e as características profissionais e sociodemográficas das participantes, tendo em média 25 minutos. Destaca-se que, todas as entrevistas foram gravadas em aparelho digital, transcritas e permanecerão arquivadas por cinco anos em computador, sendo destruídas posteriormente. Ademais, para a manutenção do anonimato, as participantes foram identificadas com a letra maiúscula P seguida de uma numeração cardinal (P1, P2, P3...).

A análise dos dados da entrevista semiestruturada fundamentou-se na técnica de conteúdo temática conforme Bardin, definida como um conjunto de instrumentos metodológicos que visa analisar as comunicações por meio de procedimentos sistemáticos, por meio de 3 etapas: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados (BARDIN L, 2016).

Destaca-se que, a pesquisa foi submetida à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), com base nas Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 (BRASIL, 2012; 2016), obtendo aprovação sob parecer nº 5.648.111 e CAAE 60660322.0.0000.5526.

RESULTADOS

As participantes do estudo foram identificadas como mulheres cis, com idades que variam entre 28 e 61 anos, que se autodeclararam pardas (cinco), brancas (três), pretas e amarelas (duas cada). No que se refere a religião cinco pertencem a religião católica, quatro evangélicas, duas espíritas e uma não possui religião definida. No que concerne a graduação três possuem formação em serviço social, duas em direito e em educação física, já em psicologia, administração e pedagogia tem uma profissional em cada. Algumas participantes têm mais de uma formação acadêmica como administração e direito, psicologia e letras, direito e ciências econômicas. Quanto ao grau de instrução, sete profissionais possuem pós-graduação *lato sensu* completa. Em relação à atuação nas instituições, sete prestam atendimento direto a usuária (duas assistentes sociais, duas psicólogas, um tenente, uma facilitadora e uma conselheira) e cinco como gestoras das instituições (três coordenadoras, uma líder e uma presidente). O tempo de trabalho na instituição variou de 1 ano e nove meses a 14 anos.

Após análise do perfil, procedeu-se à codificação das entrevistas semiestruturadas, sendo definidas cinco categorias, apresentadas a seguir.

Insuficiência de recursos

As profissionais mencionaram que as instituições que compõem a Rede de Enfrentamento não dispõem de uma série de recursos elementares para o seu funcionamento. Entre eles citam a falta de estrutura física adequada para atender as demandas das mulheres em situação de violência e apontaram que alguns serviços como a Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), permanece localizada em uma região de difícil acesso, dificultando a prestação de queixas, como verificado a seguir:

“A delegacia funciona em um local ruim já tem muito tempo. Gostaria que a delegacia da mulher melhorasse a sua condição de estrutura física porque as críticas que a gente ouve muitas vezes estão relacionadas com essa falta de estrutura” (P9).

“O cram, falta a estrutura do município” (P4).

Foi revelada a necessidade de recursos financeiros para o desenvolvimento de ações de enfrentamento, conforme recortes abaixo:

“Para fazer eventos, material de divulgação, um panfleto, a gente tem certa dificuldade porque não tem a questão financeira, não tem uma verba destinada para isso” (P11).

“O que falta é apoio, não só apoio da administração pública no que diz respeito as ações, mas também apoio financeiro para que a gente possa investir em políticas públicas para as mulheres” (P2).

As profissionais sinalizaram a ausência de recursos materiais para o desenvolvimento de serviços básicos, como o aparelho celular e veículos, fazendo-as utilizar os próprios recursos na tentativa de manter articulação e comunicação com outros serviços:

“Na maioria dos casos a gente usa o nosso próprio telefone particular para fazer o contato com a rede, porque os equipamentos não têm telephone” (P3).

“Às vezes não tem carro para ir fazer as visitas” (P10).

O quantitativo de pessoal para atender as demandas foi apontada como insuficiente, o que acaba por comprometer a qualidade do atendimento às vítimas, algo demonstrado a seguir:

“Tem a questão da alta demanda e pouca equipe, poucos profissionais, o objetivo é a pessoa chegar aqui e ser atendida, mas não acontece assim” (P5).

“A questão de pouco profissional para quantidade de demandas, às vezes a gente recebe aqui, a gente encaminha, e dificilmente recebe um retorno, porque a gente pede a contrarreferência, e demora muito para receber essa contrarreferência porque eles têm pouco pessoal para estar atuando” (P10).

Observa-se que os serviços necessitam de organização, estruturação e articulação para qualificar a assistência prestada, é preciso aprimorar os recursos para conferir celeridade e resolutividade nos atendimentos às mulheres violentadas.

Baixa qualificação profissional

Percebe-se que as profissionais prestam atendimento com qualidade questionada, elas têm dificuldade em identificar seu papel na rede de enfrentamento à violência o que pode resultar em revitimização da mulher, como evidenciado abaixo:

“Falta de compreensão da atuação de cada um” (P5).

“A gente houve muito das mulheres, muitas vezes o atendimento não é qualificado, há uma revitimização pela falta da qualificação de pessoal ao ouvir essas mulheres, há uma descredibilização da fala dessa mulher” (P12).

“Instituições que não tem o acolhimento, acaba revitimizando” (P7).

Nesse contexto, nota-se que, a baixa qualificação profissional resulta em atendimentos inadequados com exposição das mulheres a novas formas de violência, reacendendo o sofrimento. Ademais, as profissionais apontaram à falta de capacitação profissional como justificativa para a ausência de empatia e acolhimento no atendimento, conforme relato:

“Já ouvi algumas vítimas dizerem que se precisar voltar, se precisar um dia ir à DEAM novamente que não vão mais. Ela ir à delegacia e ter que ouvir do investigador e da delegada de que não entende porque ela está ali, se ela aceitou passar por tudo isso. Então, são coisas assim que é inacreditável, não é um acolhimento, isso desestimula” (P4).

“Há queixas quanto ao atendimento na delegacia da mulher, da forma que foi atendida ou por não ter um suporte de psicólogo que precisaria” (P9).

“Tem lugares que tem pessoas que não tem a sensibilidade” (P8).

A subnotificação dos casos de violência contra a mulher foi atribuída a ausência de treinamento, como descrito abaixo:

“Aumentar os números de notificações é um desafio” (P7).

“Precisa que o pessoal da saúde tenha o cuidado da notificação compulsória e façam a devida formalização para que as autoridades policiais possam chegar aos agressores” (P2).

Destaca-se que a notificação dos casos é um desafio, uma vez que se não for realizada de forma adequada, resulta na ocultação do fenômeno vivenciado.

Alta demanda social

A Violência contra a Mulher é um fenômeno que demanda diversos serviços na rede de enfrentamento, na tentativa de acolher a mulher e disponibilizar a assistência de forma integralizada.

Desse modo, as profissionais mencionaram que tais serviços possuem uma alta demanda social, como visto a seguir:

“A Delegacia Especializada da Mulher tem uma competência de todo e qualquer crime cometido contra a mulher. Tudo isso acaba ocasionando um acúmulo de demandas dentro da DEAM, a demora no atendimento às medidas protetivas, no atendimento a primeira oitiva do agressor que são muitas vezes agendados para seis meses depois do ocorrido” (P12).

Sabe-se ainda que, a rede de enfrentamento à violência contra a mulher abarca o atendimento de diversos municípios, o que acaba por contribuir na superlotação e no acúmulo de diferentes demandas, destacado abaixo:

“Tem uma casa regional, mas que recebe mulheres de outra região. Uma das maiores questões é o fluxo grande pra determinadas demandas” (P11).

As profissionais sugeriram que a alta demanda social leva a uma sobrecarga dos serviços e, conseqüentemente, das equipes, que não conseguem corresponder as excessivas atribuições:

“Uma das dificuldades é que esses órgãos têm outras tantas atribuições e tarefas, então é dividir o tempo, os recursos, a disponibilidade com todas as outras demandas que eles têm” (P9).

Morosidade no atendimento

A morosidade nos atendimentos é uma dificuldade presente nos serviços da Rede de enfrentamento à violência contra a mulher, como sinalizado abaixo:

“As dificuldades mais listadas pelas assistidas são o tempo que demora para ser ouvida e prestar queixa na delegacia especializada” (P1).

“A demora em atendimento” (P8).

As ações no setor da justiça são executadas em um ritmo mais lento do que o esperado, sendo crucial aprimorar a celeridade do sistema judiciário por se tratar de problemática urgente. A burocracia excessiva também é apontada como causa da dificuldade em executar as ações com agilidade:

“A demora do inquérito chegar ao judiciário, a gente precisa que tenha essa celeridade” (P2).

“A questão da morosidade da justiça” (P4).

“Algumas coisas são muito burocráticas, acabam travando a gente para dar uma celeridade aos casos” (P10).

Sendo assim, as profissionais apontaram que, esse processo acarreta atrasos, devido à burocracia envolvida no processo de trabalho destas instituições.

Pouca articulação

As participantes mencionaram que embora os serviços funcionem, não há articulação efetiva conforme preconiza a Política de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, destacado a seguir:

“Na verdade, o que nós temos são órgãos que funcionam efetivamente, porém de maneiras isoladas. A gente não funciona como uma Rede pelo que a palavra propõe, mas a gente tem a atuação efetiva, cada uma no seu nicho” (P12).

“Eu te falei que às vezes não é bem articulada. Não existe essa articulação” (P3).

Contudo, é previsto que os serviços se comuniquem entre si para um melhor desenvolvimento das ações previstas na rede. Porém, as profissionais relataram que essa comunicação é inexistente, dificultando a atuação e articulação dos serviços conforme discurso a seguir:

“O conselho tutelar, a comunicação não é eficiente” (P5).

“A gente tem um conhecimento, conhece as instituições, acompanha o seu funcionamento, mas nem sempre a gente tem um relacionamento” (P9).

Ademais, a rede não dispõe de um fluxograma claro com a finalidade de nortear as profissionais e as mulheres violentadas, demonstrando fragilidade na articulação dos serviços, como evidenciado abaixo:

“Não tem fluxograma, mas a gente está buscando fazer esse fluxograma para que ajude as mulheres a se encontrar, a ter maior participação nesse enfrentamento” (P2).

DISCUSSÃO

A insuficiência de recursos financeiros configura-se como um dos principais desafios da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, uma vez que essa dificuldade constitui empecilho para o desenvolvimento de políticas públicas de mitigação a essa problemática social, no âmbito federal, estadual e municipal (SOARES ACM e FONTES MB, 2020). Outro ponto relevante refere-se à estrutura física inadequada de algumas instituições que compõem a rede, algo que também foi encontrado em um estudo feito na região Sul do Brasil, momento em que se demonstrou que os ambientes eram caóticos e que representavam uma fragilidade importante no atendimento às mulheres violentadas (TRENTIN D, et al., 2020).

Ademais, algumas instituições estão localizadas em regiões de difícil acesso e com horários de acesso limitados, o que influenciará na menor visibilidade desses serviços pelas usuárias, além de dificultar a sua locomoção nos casos de denúncias, queixas e assistência à saúde e jurídica, afetando princípios de proteção, privacidade e bem-estar das mulheres (SOARES ACM e FONTES MB, 2020; MACHADO DF, et al., 2020).

Percebeu-se ainda escassez de recursos materiais nesses serviços como computadores e transporte, como identificado também em um estudo realizado no Espírito Santo, revelando a necessidade de mais investimentos. Aliado a isso, a falta de profissionais para conseguir atender a demanda social, ocasiona sobrecarga e adoecimento (ROSA NF e NASCIMENTO CRR, 2018).

Entretanto, o aumento do quantitativo profissional para atender as demandas sociais não é suficiente, é necessário ainda que esses profissionais saibam atuar frente as suas competências. Salienta-se que o despreparo profissional interfere na qualidade do atendimento à mulher vítima de violência e pode ocorrer desde a formação acadêmica, uma vez que são incipientes ações no ambiente universitário para lidar com as questões de gênero e do patriarcado que resultam em violência contra a mulher, sendo necessário capacitá-los (SOUZA MCG e SOUZA TMC, 2019; BORTH LC, et al., 2018).

Atrelada à baixa qualificação profissional, evidencia-se a falta de empatia e acolhimento da equipe no atendimento às vítimas de violência, chegando em alguns momentos à culpabilização da mulher (SANTO JDLB e SANTOS CMV, 2020). Estudo realizado no sudoeste da Bahia, mostrou que mulheres atendidas na DEAM mencionaram experiências negativas, repletas de medo e insegurança, demonstrando o despreparo dos serviços policiais para atender os casos (GOMES ICR, et al., 2020a).

Portanto, salienta-se que, o fenômeno da violência contra a mulher pode ser combatido, através de ações qualificadas por diferentes profissionais, com competência para realizar o acolhimento e empatia, permitindo que a mulher se sinta segura e confiante (ARBOIT J, et al., 2020).

Outro fator de relevância é a subnotificação dos casos de violência contra a mulher, reflexo da incapacidade das profissionais em realizar suas atribuições, a exemplo da notificação que é compreendida como um dispositivo importante para a geração de dados epidemiológicos referente a magnitude do problema. Sobretudo, no contexto brasileiro, a suspeita ou confirmação dos casos de violência caracteriza-se como um agravo de notificação compulsória que deve ser realizado pelos serviços de saúde públicos e privados (SOUZA EG, et al., 2018).

Sendo assim, é prioritário a capacitação dessas profissionais para um melhor atendimento no que tange ao enfrentamento da violência contra a mulher. As capacitações tem por objetivo garantir a capilaridade do

atendimento para que mulheres tenham amplo acesso aos serviços que constituem a rede, devendo ser realizada pelos gestores e com o compromisso dos profissionais (SERAFIM VVD, et al., 2019; CARNEIRO JB, et al., 2021). Outra dificuldade apresentada pelas profissionais diz respeito a alta demanda social, que corrobora com a elevada prevalência da violência contra a mulher na sociedade brasileira, ocasionando a sobrecarga dos serviços e adoecimento das profissionais (HEISLER ED, et al., 2018). Nesse ponto, observa-se que, esse grande fluxo de mulheres violentadas acaba por contribuir com a falta de celeridade e condutas burocratizadas, principalmente nas decisões do judiciário (GOMES ICR, et al., 2020b).

Apesar das inúmeras dificuldades encontradas nos serviços da rede de enfrentamento à violência contra a mulher, as profissionais continuam desenvolvendo seus trabalhos. Porém, não há articulação entre eles, revelando a ausência de comunicação adequada, dispositivo imprescindível para o funcionamento da rede. Isto pode ser explicado pela inexistência de um fluxograma descritor, método de gestão para abordar determinados problemas sociais com autonomia dos serviços (GUIMARÃES e SILVA J, et al., 2019; PLASSA BD, et al., 2018).

As limitações do estudo foram o número insuficiente de publicações científicas nacionais e internacionais que contemplem as dificuldades para atuar na Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e a disponibilidade das participantes devido ao temor de ser identificadas(o), mesmo diante dos esclarecimentos éticos da pesquisa, por estarem atreladas a serviços de risco.

CONCLUSÃO

Os resultados apresentados evidenciam uma gestão precária em âmbito nacional, estadual e municipal no desenvolvimento de políticas públicas para o enfrentamento da violência contra a mulher, uma vez que o repasse financeiro é insuficiente para superar os desafios, no que diz respeito aos recursos físicos, materiais e humanos, alta demanda social, morosidade no atendimento e baixa qualificação profissional. A incompreensão dos profissionais sobre as suas competências e atuação favorecem a desarticulação dos serviços e resolutividade dos casos. Assim, evidencia-se a necessidade de que os gestores reconheçam a problemática da violência contra a mulher e aloquem recursos para a implementação de políticas públicas que visem ações eficazes, na tentativa de mitigar essa problemática. É crucial o investimento nas capacitações dos profissionais para fornecer atendimento adequado às mulheres, bem como para que estes possam ter o conhecimento para atuar em rede, com a premissa de articular seus serviços.

REFERÊNCIAS

1. ARBOIT J, et al. Violence against women in Primary Health Care: Potentialities and limitations to identification. *Atencion Primaria*, 2020; 52(1): 14-21.
2. BARDIN L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo. 2016; 70(3): 141p.
3. BRASIL. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. 2011. Disponível em: https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/politica_nacional_enfrentamento_a_violencia.pdf. Acessado em: 08 de abril de 2023.
4. BRASIL. Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. 2011. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/copy_of_acervo/outras-referencias/copy2_of_entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres. Acessado em: 08 de abril de 2023.
5. BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. 2012. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acessado em: 24 de abril de 2022.
6. BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015. 2013. Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/brasil_2013_pnpm.pdf. Acessado em: 19 de setembro de 2022.
7. BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. 2016. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acessado em: 24 de abril de 2022.

8. BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. 1º Semestre de 2022 - Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados/primeiro-semester-de-2022>. Acessado em: 21 abr. 2022.
9. BORTH LC, et al. Network to combat violence against rural women: articulation and communication of services. *Rev bras enferm.*, 2018; 71(3): 1212-9.
10. CARNEIRO JB, et al. Conditions that interfere in the care of women in situation of conjugal violence. *Esc Anna Nery Rev Enferm.*, 2021; 25(5): 1-8.
11. CAVALCANTI ECT e OLIVEIRA RC. Políticas públicas de combate à violência de gênero: a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. *Rev Pesquisa Interdisciplinar*, 2019; 2(2): 192-206.
12. GOMES ICR, et al. Representações sociais de mulheres em relação à assistência policial prestada nas situações vivenciadas de violência doméstica. *Enfermería Actual de Costa Rica*, 2020; 39: 100-12.
13. GOMES ICR, et al. Representações sociais de mulheres em situação de violência doméstica sobre assistência jurídica. *Rev Cuidarte*, 2020; 11(1): 1-17.
14. HEISLER ED, et al. Women In Situations Of Violence: (Re) Thinking The Listening, Bonding And Home Visiting. *Reme: Journal of Nursing*, 2018; 12(1): 265-72.
15. JOHAS BCM e VIANA MR. Mapeando a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres em Teresina-Piauí. *Research, Society and Development*, 2022; 11(11): e577111134032.
16. JULI MR, et al. Violence Against Women: An Ever-Increasing Emergency. Path of Escape from Violence. *Psiquiatria Danubina*, 2022; 34(8): 129-34.
17. MACHADO DF, et al. Violência contra a mulher: o que acontece quando a Delegacia de Defesa da Mulher está fechada? *Ciênc & Saúde Colet.*, 2020; 25(2): 483-94.
18. MENEZES AHN, et al. Metodologia científica: teoria e aplicação na educação a distância. Petrolina: UNIVASF. 2019; 83p.
19. PLASSA BO, et al. Fluxograma descritor no atendimento à pessoa idosa vítima de violência: uma perspectiva interdisciplinar. *Esc Anna Nery Rev Enferm.*, 2018; 22(4): e20180021.
20. ROSA NF e NASCIMENTO CRR. El CREAS PAEFI en la perspectiva de las mujeres víctimas de la violencia y los profesionales: un análisis desde la teoría bioecológica de desarrollo humano. *Psicol em Revista*, 2018; 24(3): 661-85.
21. SANTO JDLB e SANTOS CVM. Considerações sobre a Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. *Rev Contexto & Saúde*, 2020; 20(40): 139-48.
22. SERAFIM VVD, et al. Violência contra a mulher e enfrentamento na percepção dos profissionais de saúde da atenção básica. *Salud & Sociedad*, 2019; 10(2): 130-44.
23. GUIMARÃES E SILVA J, et al. Direitos sexuais e reprodutivos de mulheres em situação de violência sexual: o que dizem gestores, profissionais e usuárias dos serviços de referência? *Saúde e Sociedade*, 2019; 28(2): 187-200.
24. SOARES ACM e FONTES MB. Serviço de atendimento à violência contra as mulheres: perspectivas e desafios na visão dos profissionais. *Brazilian Journal of Development*, 2020; 6(12): 94696-709.
25. SOUZA EG, et al. Atitudes e opiniões de profissionais envolvidos na atenção à mulher em situação de violência em 10 municípios brasileiros. *Saúde em Debate*, 2018; 42(4): 13-29.
26. SOUZA MCG e SOUZA TMC. Psicologia e políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres: experiências de universitárias. *Psicologia Revista*, 2019; 28(1): 125-49.
27. TRENTIN D, et al. Mulheres em situação de violência sexual: potencialidades e fragilidades da rede intersetorial. *Rev bras enferm.*, 2020; 73(4): 1-8.